

A  
15  
J

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,  
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO

----- **ATA NÚMERO OITO** -----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, reuniu no Auditório do Liceu Camões, sito na Rua Almirante Barroso número vinte e cinco letra B, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Vítor Manuel da Cruz Carvalho, e pela Segunda Secretária, Maria Manuela Vieira Calado Gonçalves, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Intervenção do público: -----

----- Ponto 2 – Período antes da ordem do dia; -----

----- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº 07, da sessão anterior; -----

----- Ponto 4 – Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do art.º 9º, da Lei nº 75/2013; -----

----- Ponto 5 – Apreciação Cartão de Eleito de Arroios; -----

----- Ponto 6- Votação do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo da Freguesia de Arroios; -----

----- Ponto 7 – Aceitação de Doações à Junta de Freguesia; -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Maria José de Matos, Carla Cristina Barreto Madeira da Silva, Jorge Manuel André Rodrigues, José Eduardo Vera Matos, Joaquim Maria Prada e António José Serzedelo da Silva Marques. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PPD/PSD):** – Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, José Manuel Cal Gonçalves e Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Frederico Sapage Lemos Mira Pereira e Vítor Carlos Teles Fernandes. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Margarida Antónia Antunes Barata e Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luisa Martins Pereira Mirra. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – António Morgado Valente. --

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Ana Júlia Ganço Filipe, que justificou a sua ausência e foi substituída por Joana Teixeira. -----

----- Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, que justificou a sua ausência e foi substituída por António Serzedelo Marques; -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Carmen Nazaré Martins, Secretária – Ana Margarida Alves Lopes Vieira, Tesoureiro – Jorge Manuel Lavaredas Francisco, Vogal – André de Jesus Gomes, Vogal – Ismael Nabais Martins, Vogal – António Filipe Beja Pereira. -----

----- Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, A Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do público;** -----

----- **Freguês José Armando da Silva** fez a seguinte intervenção: -----

4  
6  
5

- "Gostaria de cumprimentar a Senhora Presidente, os restantes Membros do Secretariado, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia e restante Executivo, os Membros da Assembleia de Freguesia e o público em geral. -----
- Para já eu gostaria de referir o posto da polícia que existe agora em frente ao Jardim Constantino. De facto, é uma coisa que é louvável, porque a polícia merecia melhores instalações do que aquelas que tinha, mas há uma coisa que me desagrada profundamente porque tem poucos agentes e além disso fecha às sete horas. -----
- Vão-me dizer que já anteriormente o posto que estava por baixo do aqueduto também fechava às sete horas, mas isso foi só no verão, até aí estava aberto sempre. Portanto, eu não vejo nenhuma razão. -----
- Outro argumento que poderia ser utilizado é que na Freguesia existe de facto uma esquadra, mas a existência dessa esquadra é no extremo sul da Freguesia e serve pouco aquela parte mais a norte. Além disso, eu alerto que nos últimos anos, que eu me lembro, a norte daquela zona fecharam vários postos da PSP. Eu dou o exemplo da Rua João Crisóstomo, Alto de São João, Arco do Cego, o que significa que aquela zona norte de Lisboa está bastante desprotegida. Haver algo a funcionar 24 horas por dia naquela zona beneficiaria outras Freguesias em redor, o que seria bastante bom. -----
- Como aqui não posso responder quando deturpam as minhas palavras e isso é o que tem acontecido sistematicamente, eu para já faria uma proposta que não sei se seria possível: sempre que há uma resposta ao público que o público tivesse direito, se achar que não foi satisfeita a sua questão, ele levantava o braço e tinha no máximo 60 segundos para dizer que isto foi respondido e isto não foi respondido, porque quando as minhas palavras são deturpadas parece muito claro que acontece uma coisa, é a desmotivação para o público vir aqui. -----
- Se daqui a uns tempos vierem a dizer que o público não participa e que há o populismo é porque são práticas antidemocráticas, de deturpação daquilo que as pessoas vêm para aqui dizer e isso parece-me não ser uma prática verdadeiramente democrática. -----
- Agora voltando a outros assuntos que eu tenho falado outras vezes, este é um exemplo de como foram deturpadas as minhas palavras, eu referi os semáforos da Rua Dona Estefânia que estavam cobertos com vegetação e começaram-me a dizer que não era na Freguesia. Eu ainda sei os limites da Freguesia. Portanto, vinham falar comigo pessoalmente e eu expliquei muito bem qual é, não fujam em frente e não digam aquilo que não é na realidade. -----
- Outro exemplo é o famoso circuito que já vim aqui falar várias vezes. Eu não pedi de modo algum que houvesse lá polícia, não é vandalismo o que acontece. O que acontece é o descuido da entidade responsável, que não dá qualquer apoio e se é um bem público deve ser tratado como tal. Eu volto a repetir o que disse da outra vez, em frente à Embaixada da Alemanha há uns pedais para os membros inferiores e para os membros superiores e o que é que acontece de forma sistemática? É que um deles, um pedal inferior, estava a cair. Quando eu ia correr, como ia nessa altura todas as semanas, com os meus dedinhos eu punha-o lá. Como em agosto eu não estive cá, obviamente que o pedal caiu, provavelmente uma criança pegou naquilo e levou para casa, porque se fosse vandalismo destruíam tudo. Basta levar uma chave de bocas para retirar aquilo. -----
- O circuito está-se a degradar cada vez mais, faltam as localizações e cada vez vai sendo pior. Quanto mais degradado estiver pior e isso é descuido da entidade pública que é responsável. -----
- Nesta questão que eu estou a falar do afastar do público a vir aqui, isto não se restringe apenas aos comentários vindos da Senhora Presidente. Também da outra vez

A  
b  
✓

*eu ouvi um comentário extremamente deselegante de um Membro de um dos partidos representados, quando eu falei da questão do parque Olegário Mariano. Ele veio aqui dar um discurso, sem saber sequer a minha opinião, que nós temos é que acabar com os carros.*-----

----- *Para já eu não ocupo espaço na via pública da Freguesia para estacionar o carro, nem sequer é isso. Eu só falei com base na minha experiência anterior, foi um processo muito interessante e a maneira de resolver os problemas não é com chavões. Para resolver os problemas da mobilidade resolve-se é com iniciativas coletivas para arranjar parques de estacionamento. Mais tarde as pessoas vão arranjar consciência e certamente vão perceber que o carro não é assim tão necessário como isso. É sabido que um carro está 95% do tempo parado, isto é uma média de estudos que estão feitos. Esses 95%, se nós formos ver, ocupam o lugar de se calhar oito pessoas em pé, o que tira lugar para o passeio, mas não é com medidas de dizer que vão acabar. Isto é tudo muito bonito, mas não é o que se pretende, nós temos que resolver os problemas é hoje e não daqui a dez anos.*-----

----- *O que temos que fazer é chamar as pessoas a virem à Assembleia de Freguesia, organizarem-se e tentarem arranjar espaços coletivos para resolver o problema da mobilidade e neste caso do estacionamento.*-----

----- *Boa noite.*"-----

----- **O Vogal do Executivo André Gomes** disse que, quanto à esquadra da PSP, a Junta de Freguesia tinha-se esforçado imenso para que se mantivesse na Freguesia de Arroios e conseguira que se deslocasse para aquela área. O objetivo era que fosse uma esquadra efetivamente, que tivesse um efetivo de homens suficientes e que estivesse sempre aberta. Iriam lutar por isso.-----

----- Não estavam satisfeitos com mudar o posto de atendimento e até foram enganados porque abordaram o Senhor Comandante Metropolitano da PSP e não tinha referido isso, que tinha mudado já a esquadra. A Junta até anunciara uma esquadra no facebook e afinal era um posto de atendimento. Era melhor do que nada, do que se fosse totalmente embora, mas podiam estar todos cientes que a Junta de Freguesia tudo faria e já fizera junto da Câmara e da PSP para que se mantivesse uma esquadra com cerca de trinta homens, que tivesse os turnos e gente suficiente para isso.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse, em relação à Rua Dona Estefânia estar coberta de vegetação, que havia um período de tempo em que não se podia podar árvores. Tinha-se começado novamente com a poda das árvores em diversos pontos da Freguesia com mais problemas. Não se podia podar árvores no verão e era normalmente a partir de setembro ou outubro que essa poda recomeçava a ser feita. Iria falar com a equipa e perguntar quando estava prevista para essa zona.-----

----- Sobre o Largo Olegário Mariano, era a Junta que tinha ajudado os moradores do Largo, pessoas mais velhas que pediram para que tivessem cuidado, porque as pessoas punham os carros às portas e não podiam entrar nem sair de casa. A Junta tinha colocado pilaretes, tiveram que defender as pessoas que moravam nos prédios.-----

----- Havia uma situação que já levava cinco anos, o antigo Cinema Pathé, uma propriedade particular e andava-se atrás de investidores de um hotel, tentando que aquele espaço fosse para estacionamento temporário enquanto não faziam as obras. Era uma coisa que estava decorrente da Câmara e da entidade proprietária do terreno. Uma vez que aquele espaço estava devoluto e não era um espaço classificado, estava todo oco por dentro, que fosse uma solução ali na zona.-----

----- Na Marques da Silva também haveria um estacionamento que ainda não fora entregue pela Câmara, em que ficaria metade para a Freguesia da Penha de França e metade para a Freguesia de Arroios.-----

A  
N  
✓

----- **A Secretária do Executivo, Ana Vieira**, em relação ao circuito de manutenção do Campo Mártires da Pátria, disse que o ponto de situação era que estava a ser requalificado, nomeadamente no que tocava às placas indicativas. Já estavam colocadas umas bases de betão precisamente para evitar a questão do vandalismo. -----

----- Quanto ao pedal, sabia que esse pedal já tinha sido substituído várias vezes. Desenroscava, caía e eventualmente as pessoas levavam, a máquina ficava inviável. Infelizmente tinham a situação do pedal ser repostado e dois dias depois já estava no chão. O que podia fazer era, após a requalificação do circuito de manutenção, começar a indicar às equipas que esse problema existia e que se passassem lá que tivessem atenção à questão do pedal.-----

----- **Ponto 2 – Período antes da ordem do dia;**-----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** apresentou o seguinte documento:

----- **Recomendação** -----

“----- *Obras da Loja do Cidadão no Mercado 31 de Janeiro em Arroios*-----

----- *No âmbito da aprovação do Plano Municipal dos Mercados de Lisboa 2016 – 2020 e tendo em conta a celebração de protocolo com o Estado Português para cedência do piso 1 do Mercado 31 de Janeiro em Arroios, para instalação de uma Loja do Cidadão;*-----

----- *Considerando que se iniciaram já há mais de 3 semanas os trabalhos para adequação do espaço supra referido para instalação de Loja do Cidadão sem que tenha sido colocado no local qualquer aviso, nomeadamente, a intervenção em curso, a duração prevista, bem como outras informações relevantes sobre os serviços que irão ser criados no espaço do piso 1 do Mercado 31 de Janeiro;* -----

-----*Considerando que é do interesse dos fregueses de Arroios bem como de todos os Municípios de Lisboa e do público em geral disponibilizar informação detalhada no local sobre a execução da obra, custos, duração, projecto a ser executado entre outra informação relevante;*-----

----- *Os eleitos do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Arroios, na sessão ordinária reunida a 27 de Setembro de 2018, propõem que esta Assembleia delibere, nos termos do disposto da alínea j) do n.º 2 do artigo 9º da lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na redacção em vigor, recomendar à Junta de Freguesia:*-----

----- *Se digne diligenciar junto da Câmara Municipal de Lisboa pela obtenção da seguinte informação:*-----

----- *a) Cópia do projecto de obras da Loja do Cidadão no Mercado 31 de Janeiro;*-----

-----*b) Relação dos novos espaços a criar no referido local, nomeadamente, as lojas no piso 1 e no piso 0;*-----

----- *c) Se o processo de selecção de ocupantes de novos espaços será efectuada pela Junta de Freguesia no âmbito da transferência de equipamento;*-----

----- *d) Quais os critérios de selecção de novos comerciantes e/ou redistribuição de espaços.*-----

----- *Lisboa, 27 de Setembro de 2018*-----

----- *Os eleitos do CDS-PP – Frederico Sapage Pereira e Vitor Teles*----- ”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que todos deveriam ter reparado numa alteração das Assembleias, para evitar fricções e para evitar problemas e discussões acerca do uso da palavra decidira-se usar um cronómetro e assim todos ficavam com uma ideia mais precisa. Por vezes não se tinha noção do tempo que se estava a falar. -----

----- **Membro Maria Eugénia Silva (PSD)** começou por felicitar o facto de terem já um carro eléctrico para a limpeza das ruas. Era muito bom, parecia-lhe que começariam a ter limpeza na Freguesia. -----

25

----- A requalificação da Rua Nova do Desterro, aquele painel estava muito bonito, era pena não haver em mais lados.-----

----- Gostaria de saber para quando a limpeza do espaço entre o muro e os prédios na Rua da Bombarda, o muro do Mercado do Forno Tijolo com os prédios da praceta, pois encontravam-se ratazanas, tipo gatos, que já andavam pelos passeios e escondiam-se debaixo dos carros quando viam alguém.-----

----- Gostava também de saber quando iriam proceder à limpeza do dito jardim da Bombarda, pois esse era usado pelos toxicodependentes que se injetavam, faziam necessidades e prostituição ali.-----

----- Os moradores solicitavam que o espaço fosse utilizado em prol dos animais, pois os donos dos mesmos utilizavam os passeios, mesmo junto às entradas dos prédios, para passearem os seus animais.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Pesar**-----

-----*Voto de Pesar pelo falecimento de Vitor Silva*-----

----- *Vitor Pedro da Glória Silva faleceu, aos 81 anos, no passado dia 08 de Agosto*-----

----- *Militante do Partido Comunista Português, Vitor Silva, desde cedo iniciou a luta antifascista, contra a guerra colonial, contra as más condições de vida do povo trabalhador. Após o 25 de Abril, a par da acção partidária, desenvolveu actividade associativa e cultural, mas foi na luta pelo Desarmamento e pela PAZ e da Solidariedade Internacionalista que assumiu responsabilidades tendo sido membro da Direcção do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC) de que foi Vice-Presidente onde desenvolveu e cooperou nas acções de luta e denúncia contra os interesses económicos e financeiros. Actualmente integrava a Direcção do Movimento Pelos Direitos do Povo Palestiniano e pela Paz no Médio Oriente (MPPM).*-----

----- *"Uma vida de dedicação militante e desinteressada à defesa das aspirações e direitos dos trabalhadores, à causa da PAZ e da solidariedade com todos os povos vítimas da ingerência e agressão do imperialismo, à Luta pela Liberdade, a Democracia e o Socialismo", palavras proferidas pelo camarada Albano Nunes da Comissão Central de Controlo no elogio fúnebre em nome do PCP a que não podemos deixar de acrescentar o sentimento de RESPEITO e AMOR pelos homens, mulheres e crianças, por todos os seres vivos, pela natureza, pelo planeta TERRA!*-----

----- *Se nem todos lhe conheciam esta faceta na luta, muitos foram, os que, ao longo de quatro décadas, membros das mesas de voto, delegados dos partidos, funcionários da ex-Junta de Freguesia de S. Jorge de Arroios e da, hoje, Freguesia de Arroios, lhe reconheceram o vasto conhecimento e domínio da legislação eleitoral sendo denominado como o que "tudo sabia e para tudo tinha solução". Foi o Liceu Camões palco, como delegado à Secção Eleitoral pelo PCP, da sua valiosa intervenção e ajuda a todos que a ele se socorriam. Nunca recusou uma ajuda, uma opinião fosse a quem fosse procurando que a Lei fosse aplicada de forma correcta e isenta dando, nos casos omissos, a sua interpretação e opinião, para os procedimentos mais adequados às situações.*-----

-----*A sua lembrança vai permanecer, sempre, como um homem lutador, conhecedor, que sabia ouvir, de aspecto sério, pensativo, onde um leve sorriso de ternura sempre aparecia quando cumprimentava, algumas mulheres, camaradas e amigas, com um beijo na testa...*-----

----- *As eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 27 de setembro de 2018, delibere:*

----- *1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Vitor Silva, guardando um minuto de silêncio em sua memória;*-----

A  
b  
v.

----- 2. Remeter o presente voto de pesar à família;-----  
----- 3. Publicar o presente voto de pesar na próxima edição da publicação da freguesia.-----  
----- As eleitas do Partido Comunista Português – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra----- ”  
----- Continuando, disse que já se tinha falado da esquadra de Arroios e lamentava que realmente tivesse sido anunciado como uma nova esquadra da PSP, fruto das diligências da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. Tinha lá ido pessoalmente verificar e não correspondia à verdade. Não sabia se tinha sido um engano ou não, mas a verdade era que tinham mudado de instalações, os dois agentes passaram a ter melhores condições de instalações, mas eram dois agentes com um horário que chamava de comercial, das sete da manhã às sete da tarde e faziam um atendimento, mas aquilo que se pretendia de uma esquadra continuava na mesma.-----  
----- Em relação à integração dos trabalhadores da Junta com vínculo precário, todos sabiam que o processo se tinha desenrolado e culminado pouco tempo antes, pensava isso por que não vira encetar outros esforços, mas havia algo que queria denunciar: ----  
----- Quando se dizia que a integração dos trabalhadores tinha corrido muito bem e não havia problemas, não era assim. Tinha acontecido comportamentos e ações que considerava inadmissíveis, lesivas dos interesses dos trabalhadores e no incumprimento da palavra dada.-----  
----- Tinha havido despedimentos alegando o fim de projetos e podia dizer um nome porque tinha autorização para o fazer pela pessoa em questão.-----  
----- Durante muito tempo falara que deviam ser regularizadas uma série de situações. Nalgumas assim o fizeram, mas havia um caso que não tinha sido e não compreendia porquê. A trabalhadora Cristina, uma assistente operacional do atendimento da piscina, vira a sua carta de rescisão ser-lhe apresentada com data de 23 de julho, alegando que os seus serviços eram dispensados.-----  
----- O PCP tinha um outro entendimento, sabia que o seu lugar se mantinha, era um posto, tivera até entrevista e fora excluída precisamente durante a entrevista, sem explicações que considerasse como válidas.-----  
----- Tinha sido dito por um Membro do Executivo na anterior Assembleia, citando o que estava na ata, o seguinte:-----  
----- “O Executivo não recebia lições de humanidade sobre aquilo que era a postura perante nenhum funcionário da Junta de Freguesia. A Senhora Presidente da Junta conhecia todos pelo nome, conhecia todas as suas vidas”.-----  
----- Lamentava que esse caso não se conhecesse, que essa senhora não tinha mais ninguém, não tinha outros recursos e estava com subsídio de desemprego de duzentos e tal euros. Era lamentável isso acontecer quando considerava haver um ato de vingança, palavras suas e não da senhora, se calhar porque ela ousara fazer exercer os seus direitos junto das entidades que julgava dever fazer.-----  
----- Tinha sido aberto o concurso número 8 para dez vagas, estava na ata anterior. Dessas 10 vagas não acontecera nada disso porque foram aceites cinco trabalhadores e depois porque havia três trabalhadores que realmente se pretendia integrar, e muito bem, abriu-se um concurso número 9 para três vagas. O célebre concurso das dez vagas não integrara dez trabalhadores, integrava oito, faltavam dois e dispensaram uma trabalhadora, aliás pensava que na altura até foram dispensadas duas.-----  
----- Entretanto a Comissão de Acompanhamento para Integração dos Precários tivera uma reunião com as organizações sindicais, onde disseram que o Executivo tinha ignorado o pedido de dados e agendamento para reuniões, o que era lamentável. Até

faziam a analogia com o processo anterior da transferência de trabalhadores no primeiro mandato para a Junta, em que todo o processo tinha sido diferente. -----

----- **Membro António Morgado (PAN)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

“----- *Lisboa Renda Acessível* -----

----- *Considerando que:*-----

----- *Um dos direitos consagrados na Constituição Portuguesa é o direito à habitação, o Estado está incumbido de programar políticas que tendem a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar,* -----

----- *Verifica-se nos últimos anos a subida exponencial do valor de mercado das rendas na Freguesia de Arroios, sobretudo devido à pressão do turismo e investimento estrangeiro.* -----

----- *Consideramos que o turismo e investimento estrangeiro é muito bem-vindo, reconhece-se que, é precisamente este investimento que está a promover a reabilitação do edificado em Lisboa.* -----

----- *No entanto, a par dos incentivos ao investimento estrangeiro, é fundamental estimular a construção privada com o objetivo de permitir o acesso dos fregueses à habitação própria ou arrendada.* -----

----- *Foi neste contexto, que a CML criou o programa “Lisboa Renda Acessível”, para a Freguesia de Arroios o programa prevê as seguintes intervenções:*-----

----- *a) Rua Gomes Freire, 68 fogos — Concurso público aberto em 25 de agosto de 2017;*-----

----- *b) Paço da Rainha e Rua de Sta. Barbara, 203 fogos — a informação disponível no site da CML só refere que o concurso abre brevemente (a ficha síntese da área de intervenção é datada de 30 maio de 2017);*-----

----- *c) Arroios e Santa Maria Maior — Rua de São Lázaro, 126 fogos — a entrega de propostas terminou a 12 de setembro de 2017.*-----

----- *Ou seja, no total está prevista a construção ou reabilitação de 397 fogos a rendas acessíveis, é um projeto de grande importância para a Freguesia de Arroios que deve ser acompanhado de perto.*-----

----- *Consideramos que este projeto, muito embora não resolva na totalidade do problema da habitação, representa o caminho a seguir.* -----

----- *Todavia, não basta apresentar soluções, é necessário desenvolver o trabalho com rapidez.* -----

----- *Sabemos que o processo de contratação pública é muito burocrático, no entanto, não se compreende como passado mais de um ano sobre a abertura de um concurso não há qualquer informação disponível sobre o procedimento relativo à Rua Gomes Freire, ou ao projeto da Rua de São Lázaro que se encontra em fase de análise de propostas há mais de um ano.*-----

----- *Assim, e porque entendemos que o programa “Lisboa Renda Acessível” representa um contributo muito positivo para ajudar a resolver o problema da habitação na Junta de Freguesia de Arroios, propõe-se que a Junta de Freguesia questione o Município de Lisboa sobre o estado de avanço dos processos concursais anteriormente mencionados.*-----

----- *O eleito pelo PAN - António Morgado Valente*-----”

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- *Deliberação sobre Transferência de competências* -----

----- *1. A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013) alterada pela Lei n.º 51/2018 e a Lei da transferência de competências para as autarquias, Lei n.º 50/2018, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder*

A  
b  
✓

local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações. -----

----- Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no acto de promulgação, o Presidente da República referenciou: -----

----- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central; -----

----- O inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado; -----

----- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais; -----

----- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas; -----

----- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas. ---

----- Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei. -----

----- Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do poder Local. -----

----- 2. A lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada sector (educação, saúde, cultura, freguesias e outras) resultará de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros - ou seja, um verdadeiro "cheque em branco" ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República. -----

----- A partir de 1 de janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências. -----

----- 3. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se não devam assumir, a partir de 1 de janeiro de 2019, as novas competências. -----

----- 4. No caso da nossa Freguesia uma parte substancial das competências que agora a Lei 50/2018 determina, já são exercidas no âmbito da transferência de competências efetivada pela Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa. Contudo, pela aplicação do disposto no Capítulo IV e em particular no ponto 1, do artigo 38, também as freguesias da Cidade irão ter de assumir mais e novas competências, nomeadamente: instalar e gerir os espaços cidadão, em articulação com a rede nacional de lojas de cidadão e com os municípios. -----

----- 5. Mais, hoje as generalidades das freguesias da cidade reivindicam, e bem, uma reavaliação dos meios técnicos, humanos e financeiros transferidos para a boa execução das competências que têm vindo a assumir, exigindo que a Câmara Municipal de Lisboa priorize essa análise, debata e se empenhe, com as freguesias, no estudo e promoção da aplicação das alterações e ajuste necessários. Ora, tal esforço será naturalmente comprometido se, em 2019 a Câmara Municipal de Lisboa, tiver de assumir, em alternativa, como prioritário e fundamental, o estudo e implementação das suas próprias novas competências. -----



AN  
✓

----- Ponto 6 – Em tempo útil as eleitas do PCP solicitaram o agendamento de uma assembleia extraordinária com vista à discussão e deliberação sobre esta matéria, uma vez que a lei prevê as autarquias que não pretendam a transferência em 2019 deveriam comunicá-lo à DGAL até ao dia 15 de setembro de 2018.-----

----- 7. A Presidente da Assembleia de Freguesia vetou a pretensão de realização da reunião extraordinária, negando a possibilidade de, através do debate e envolvimento das diferentes forças políticas da freguesia, rejeitar a transferência de competências. Como se vê por todo o País tal pacote denominado como de descentralização está longe de ser consensual mesmo entre os Partidos (PS e PSD) que sobre ele se entenderam.-----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Arroios reunida a 27 de setembro de 2018, delibera:-----

----- 1 – Repudiar a decisão da Presidente deste órgão ao não convocar uma assembleia de freguesia extraordinária para deliberar sobre a aceitação ou não da transferência de competências;-----

----- 2 – Manifestar a vontade de não aceitar a transferência de competências em 2019.-----

----- As eleitas do Partido Comunista Português – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra----- ”

----- A Senhora Presidente da Assembleia referiu que o Decreto-Lei saído da Assembleia da República relativo à transferência de competências passava uma nova competência para as Freguesias de Lisboa, a gestão do espaço cidadão. Dizia que as Assembleias de Freguesia teriam que se pronunciar sobre a sua não aceitação. Acontecia que não foram publicados os diplomas setoriais relativos à regulamentação de cada uma das competências. Até ao momento teriam sido publicados apenas seis diplomas, estabelecendo as regras para efetivar as transferências.-----

----- Não havendo os diplomas, parecia redundante estar a discutir numa Assembleia extraordinária para depois terem que voltar a reunir para decidir em face do diploma setorial se iriam ou não aceitar. Não parecia eficaz ter duas Assembleias de Freguesia para o mesmo efeito, porque na altura em que saísse o diploma setorial a Assembleia teria que reunir e dizer se aceitava ou não a transferência de competências.-----

----- Pela redação parecia ter sido quem, de forma arbitrária e não fundamentada, tinha decidido não convocar a Assembleia, mas não era isso que se tinha passado.-----

----- Membro Fernanda Lacerda (PCP) disse que não era jurista, mas parecia-lhe que a Lei estava em vigor, não fora revogada. Dizia que havia diplomas a serem emitidos, mas continha uma data para se informar, até 15 de setembro de 2018, se aceitavam as competências em 2019. Era um assunto muito importante, deveria ser discutido e uma das coisas que deviam fazer era exatamente não aceitar as transferências para 2019. Era esse o entendimento do PCP, que a Lei estava em vigor, havia um esclarecimento da DGAL, mas mais do que isso não.-----

----- Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP), no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Regimento previa para cada Membro no Período de Antes da Ordem do Dia uma intervenção de dez minutos de uma só vez, mas a Membro Fernanda Lacerda já era a segunda vez que intervinha.-----

----- O que tinham apresentado era uma moção e, sendo uma moção, era uma questão prévia que a Mesa tinha que saber se aceitava ou não em discussão. Portanto, pedia à Mesa que decidisse antes de iniciar a discussão sobre a aceitação ou não da moção.-----

----- A Senhora Presidente da Assembleia disse que a moção era aceite e havia discussão.-----

----- O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, disse que era legítimo ao PCP ou outra força política que desejasse visitar o debate da descentralização, nomeadamente

da descentralização que começara em vigor em Lisboa em 2013. Todos sabiam que o PCP era contrário a esse processo, o que era legítimo. O PCP tinha uma visão centralista do Estado e considerava que o Estado Central, na maioria das situações, estava em melhores condições de defender o interesse das populações do que os municípios ou as freguesias. Era uma posição legítima, mas uma coisa era discutirem o processo de descentralização em abstrato ou retomar uma discussão sobre o processo de descentralização anterior e isso podiam fazer em qualquer momento, não via qualquer problema e estavam ali todos para discutir essa questão, outra coisa era utilizar um quadro legal que ainda não era de todo conhecido para discutir um tema e pronunciarem-se sobre uma coisa que não se podiam pronunciar. -----

----- Ninguém de forma responsável, a não ser por ortodoxia ideológica, poderia dizer se concordava com qualquer tipo de disposição sem conhecer todo o quadro legal que iria reger esse processo de descentralização. -----

----- Salvando melhor opinião e respeitando qualquer decisão que a Senhora Presidente da Assembleia tomasse, achava que tinha tomado a posição correta. -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Deliberação sobre Transferência de competências”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com votos contra de PS (9) e CDS-PP (2), votos a favor de PCP (2) e abstenções de PPD-PSD (2), BE (2) e PAN (1). -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Obras da loja do cidadão no Mercado 31 de Janeiro em Arroios”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Lisboa Renda Acessível”**, apresentada pelo PAN, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo Falecimento de Vitor Silva”**, apresentado pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS (9), PPD-PSD (2), PCP (2), BE (2) e PAN (1), 1 voto contra de CDS-PP e 1 abstenção de CDS-PP. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio em memória de Vitor Silva)-----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº 07, da sessão anterior;** -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 07**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 4 – Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do art.º 9º, da Lei nº 75/2013;** -----

----- A **Senhora Presidente da Junta** disse que nos recursos humanos tinham feito o encerramento do processo de integração dos trabalhadores com vínculo precário, nove procedimentos concursais, 64 funcionários integrados. De momento a Junta tinha 124 trabalhadores. -----

----- Na ação social, continuação do apoio com um ligeiro decréscimo em virtude do período de verão. Normalmente no período de verão as pessoas pediam menos apoios. Também a continuação do Praia/Campo Sénior e o lançamento da Academia Sénior, com 110 pessoas. -----

----- Na educação, ficavam contentes com o fim da renovação da Sampaio Garrido e o início das aulas com a integração de todos os estudantes. -----

----- No desporto, tiveram 360 crianças no Praia/Campo, entre fregueses e alunos das escolas da Freguesia, sendo que apenas sete eram crianças de fora. -----

2  
b  
✓

- Havia o encerramento da piscina para avaliação de problemas na cuba. Estava a ser preparada a deslocação temporária das atividades para a piscina da Academia Militar. -
- Nos eventos teriam proximamente o Dia do Animal de Arroios, por proposta da comissão do “Bem-Estar Animal”, desde logo acolhida e pelo *feed-back* que obtinham estavam certos que seria um enorme sucesso. -----
- Na higiene urbana havia o reconhecimento de situações por resolver, o reforço da contratação para a área do corte de ervas e articular com a Câmara Municipal a atribuição aos cantoneiros de cartões de acesso aos ecopontos, possibilitando a recolocação dos lixos nos locais adequados e reforço das passagens pelos locais mais críticos. -----
- No espaço público tinham a repintura de passadeiras e o início dos trabalhos de recalçamento do jardim Braamcamp Freire. Voltaria a ter um passeio pedonal e as águas pluviais conseguiriam entrar nos terrenos, deixando de ter betuminoso. -----
- Nos mercados tinham o reinício dos trabalhos junto dos comerciantes no sentido de serem ultrapassadas as potenciais situações de dívidas, tinham o começo das obras no Mercado 31 de Janeiro, que eram extremamente importantes e que esperava no máximo em seis meses haver a nova loja do cidadão.-----
- Tudo o que dizia respeito à loja do cidadão estava com o Governo e com a Câmara, era um acordo entre as duas entidades. Sobre as lojas que iriam ficar ao nível do rés-do-chão, seria depois um concurso público, como tinham sido todas as outras lojas. Ainda não se sabia bem a quantidade de lojas que iriam ter. -----
- No Mercado de Arroios aconteceram vários eventos para relançamento do mercado.-----
- Dentro do OP tiveram o Dia dos Avós com a Escola Sampaio Garrido, uma ação de comida saudável com vários eventos.-----
- **Membro Frederico Sapage Pereira (CDS-PP)** disse que queria apenas fazer um ponto de situação relativamente à EB1 Leão de Arroios, que tivera oportunidade de visitar já por duas vezes, uma no ano anterior e a outra fazia duas semanas. Fizera-se acompanhar por um engenheiro e um arquiteto e havia algumas situações que preocupavam o CDS. Fazia o ponto de situação também para apelar ao Executivo que fizesse uma pressão intensiva junto da CML sobre esse assunto.-----
- A primeira questão prendia-se com o facto dessa escola não ter um plano de emergência aprovado, o que era gravíssimo. Não tinha o plano de emergência aprovado, mas tinha as próprias plantas de emergência afixadas em cada sala. Quando em caso de catástrofe, em caso de incêndio, tentassem escapar pela planta que estava afixada iriam deparar-se com umas escadas e com umas portas de emergência que abriam para dentro e não para fora, para o Largo do Leão. -----
- Uma questão onde lhe parecia ser uma competência da Junta de Freguesia era verificarem os extintores. A validade dos extintores terminara em 2015 e confrontara a subdiretora, porque a diretora recusava-se a reunir com o CDS, não sabia porquê, e a subdiretora referira que tinha a papelada toda em dia, mas estava a própria data de validade afixada nos extintores.-----
- Outra situação que o preocupava era o próprio edificado, a parte estrutural do edifício. Sabia que não era competência da Junta, mas a Junta tinha que ter uma voz ativa relativamente a essa situação, a começar por um fosso que estava instalado no meio da escola e que dava acesso a todos os pisos, sem qualquer tipo de proteção. Uma criança com um metro e trinta podia cair e acontecer um acidente grave.-----
- O pavimento abrasador existente no próprio pátio era uma das grandes reclamações da Associação de Pais. As crianças esfolavam e faziam ferimentos com gravidade. A

A  
b  
✓

sub-diretora, quando questionada, dizia que só se esfolavam muito raramente. Isso não devia ser uma resposta dada por uma sub-diretora de uma escola. -----

----- A ideia com que ficava depois dessa visita, apesar de parecer que estavam num filme de Monty Python, era que a própria direção da escola não queria aceitar que tinha problemas estruturais na sua própria escola. -----

----- Outras situações que preocupavam eram das crianças com necessidades especiais. A sala onde eram praticamente despejadas e estavam o dia todo não tinha condições para receber esse tipo de crianças. Um colchão metido no chão, duas cadeiras de apoio, sem qualquer tipo de estímulo ao seu plano educativo. -----

----- Aquela escola não tinha meio termo, ou fazia muito calor ou muito frio, durante o verão não havia qualquer tipo de refrigeração nas salas de aula, só havia aquecimento. Tinha visitado no princípio do mês de setembro e deveriam estar à volta de 45 graus dentro do edifício. -----

----- Apelou ao Executivo para que fosse resolvida essa situação o mais depressa possível. Sabia que era um problema estrutural, que não competia à Junta, mas o CDS apelava ao Executivo para que tivesse uma voz ativa e para que esses problemas fossem solucionados. -----

----- O parecer técnico do engenheiro e do arquiteto que levava à escola era de que a escola não devia estar aberta sequer. Estavam a falar de crianças a frequentar aquele espaço de ensino. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que uma das preocupações era o posto clínico de São Jorge de Arroios, que continuava encerrado. Já tinham colocado essa questão na Assembleia anterior, mas não fora respondido. -----

----- Na educação e juventude era muito agradável ouvir as palavras do Membro Frederico Sapage Pereira, porque antes da Junta de Freguesia colocar um toldo no pátio da escola o PCP tinha feito uma visita, acompanhada pela Deputada Rita Rato, tendo-se apresentado na Assembleia de Freguesia aquilo que fora verificado. -----

----- Verificaram tudo aquilo que ali tinha sido dito e muito mais. No refeitório as crianças tinham que comer à vez, em horários diferentes. -----

----- O plano de emergência não existia. Olhassem também para aquele Largo, porque se houvesse uma catástrofe, algo em que fossem necessárias as crianças saírem todas, elas saíam e tinham de imediato uma rua em frente. -----

----- Tinham falado em tudo isso e podia ser visto nas atas. -----

----- Outra questão importante era a escola estar junto a uma embaixada, até em termos de segurança. -----

----- Na educação verificava-se que a psicóloga nas escolas continuava com baixa prolongada. Queria saber para quando a solução, já que na anterior Assembleia referiram isso. -----

----- Quanto ao desporto, havia algo que preocupava e que tinha a ver com a piscina de Arroios. Viam na página 29 da informação dizer o seguinte: “Durante o período de 25 de junho a 28 de agosto a piscina de Arroios recebeu crianças e jovens”. Perguntou como teria recebido crianças e jovens se estava encerrada em agosto. A piscina de Arroios seria considerada a do Forno Tijolo, pensava ser assim. Portanto, não percebia esse escrito que lá estava. -----

----- Havia a informação de que a piscina estivera encerrada no mês de agosto, até para manutenção, e que iria reabrir em 4 de setembro, fizeram-se inscrições e não fora reaberta porque detetaram um grave problema técnico. Era isso que pretendia, saber qual o grave problema técnico e o que se estaria a passar, porque para além da receita que deixava de ser recebida, que era mau, mas era relativo, havia o serviço que aquela piscina prestava à população, nomeadamente as escolas, e que era muito importante.---

A  
h  
✓

----- Queria saber o que se passava com a piscina e para quando a avaliação. Parecia que a questão era da cuba, mas saber para quando e o que se passava, o que realmente estaria por trás. -----

----- Quanto à relação com o cidadão, isso tinha a ver com o atendimento. Em agosto resolvera fazer uma visita ao polo de São Jorge de Arroios e a funcionária que estava ao serviço não sabia dessa visita. -----

----- Dia 6 de agosto antes das nove horas havia uma fila de vinte e tal pessoas, que depois perguntara e tinha a ver com inscrições para a Praia/Campo Sénior. Estava lá uma funcionária e não sabia como ela teria conseguido resolver. -----

----- Entretanto, no dia 2 de agosto tinha entrado, cumprimentara a funcionária, estavam cerca de dez pessoas, sentara-se e ficara à espera. Estivera 23 minutos e tinha verificado que foram atendidas duas pessoas, uma pessoa com atestado levava cerca de 19 minutos. Nessa altura tinha ido embora, mas dizendo que iria lá noutra altura tratar do assunto. A funcionária nem sabia o que ela estava lá a fazer porque realmente não ia tratar de nada, entendera ir observar. -----

----- Isso para dizer que na realidade uma pessoa no posto de São Jorge de Arroios era pouco. Sabia que estavam em período de férias, mas também sabia que o posto da Pena estivera fechado. Isso significava que havia falta de pessoal e ia na sequência daquilo que falaram sobre a integração dos trabalhadores, que foram dispensados porque não seria necessário pessoal. Considerava não ser assim. -----

----- Outro assunto era sobre o problema que fora detetado e com denúncia ao DIAP acerca das faturas. Pretendia saber o ponto de situação, o que se estaria a passar. -----

----- Quando se dizia que isso não tinha impacto nas contas sabiam que não era assim. Quando saía dinheiro e a contrapartida estava defraudada, alguma coisa era, ou os custos e inventário eram sobreavaliados, ou o inventário estava subavaliado. Contabilisticamente era uma balança e como tal pretendia saber o estado da situação e o que se pretendia fazer. Aproximava-se o fim do ano e o encerramento de contas. -----

----- **Membro António Morgado (PAN)** referiu-se à queda da perna da árvore centenária e classificada junto à Igreja dos Anjos. Tinha sido feita a poda necessária e consultado o ICNF, que emitira um parecer sobre a estabilidade, era o que estava na informação. -----

----- Tinha uma questão aí mais pessoal, não percebia muito relativamente à estabilidade de uma árvore, mas já tinha feito muito cálculo de estrutura em betão armado. Era um pouco a imitação do que seria uma estrutura de uma árvore. Tinha ficado assustado ao passar por lá e ver uma árvore com uma dimensão enorme e em que 40% do arvoredo da copa desaparecera, estava toda para um lado. Via normalmente pessoas à sombra daquela árvore e caíra metade só pelo calor. -----

----- A sua sugestão, embora estivessem salvaguardados de alguma forma, o importante era assegurar o bem-estar das pessoas. Gostaria que verificassem melhor essa situação, que pedissem um novo parecer. Havia o problema da estabilidade da própria árvore e sobretudo a segurança das pessoas que usufruíam daquele espaço. -----

----- O segundo ponto tinha a ver com o Dia do Animal e aí gostaria de saudar o trabalho de todos os Membros da comissão, a Senhora Presidente pelo apoio que dera. Tinha sido excelente e seria um grande sucesso. -----

----- Queria dar uma palavra muito especial a uma pessoa que tinha sido incansável, profissional, a Margarida Santos, e a todos pelo profissionalismo. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (CDS-PP)** começou por felicitar o facto de todos os festivais no Largo Intendente passarem a ter casas-de-banho públicas, o que sublinhava com muito regozijo. Mudara completamente o bem-estar daquele Largo durante os festivais. -----

A  
b  
✓

----- Tinha uma preocupação ao ver na informação escrita da Senhora Presidente que continuavam omissos em relação ao jardim Cesário Verde e ao chafariz do Largo do Mastro. Nem uma palavra, sendo que quanto ao Campo Mártires da Pátria apenas se dizia que estava a proceder à requalificação do piso de circulação do jardim Braancamp Freire, de modo a dotar os caminhos pedonais de melhores condições de mobilidade e melhoria dos dispositivos de drenagem. Apenas se enumeravam as medidas de intervenção que estavam a ser realizadas. -----

----- Porém, ficavam exatamente na mesma porque a última informação escrita relativamente ao jardim Braancamp Freire era exatamente a mesma. Não se sabia em que fase procedimental de contratação estaria. O CDS, num objetivo de oposição construtiva e esclarecedora do que se passava nesses campos, convidava o Executivo a esclarecer em que fase procedimental se encontravam as obras de requalificação do jardim Braancamp Freire, que propostas foram apresentadas, para quando se previa a adjudicação dos trabalhos e para quando se previa o início dos trabalhos. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que o problema da higiene urbana atingira tamanha proporção que já era notícia nos telejornais. -----

----- Entre contentores retirados, sacos para diferentes lixos que a população continuava à espera e havia meses que estavam esquecidos, falta de papeleiras, visível falta de coordenação entre Junta e Câmara Municipal nessa má opção chamada transferência de competências, pedidos, chamadas de atenção, sinalização e informação no site da Câmara Municipal e afins, inexistência de lavagem de ruas, recolha e varredura de algumas ruas, inclusive pelos parques meios efetivos na higiene urbana, achava no mínimo injusto imputar responsabilidade ou falta da mesma de alguns fregueses. -----

----- O aumento exponencial do turismo devia ter sido acautelado, o que já tinha sido discutido várias vezes e aproveitando para responder um pouco ao que estava escrito no Jornal de Arroios. -----

----- Quanto ao espaço público, as obras nos passeios com aplicação de piso antiderrapante deixaram de se fazer. -----

----- Gostava de saber mais sobre o concurso público do elevador do Mercado Forno Tijolo, que obra era essa. -----

----- Também saber qual o desenvolvimento sobre o transporte na Damasceno Monteiro, uma exigência da população que já ia do mandato da ex-Freguesia dos Anjos e que parecia não ter resolução. -----

----- A necessidade de mais iluminação nas ruas e especialmente em alguns parques, como o Campo Mártires da Pátria, mas pensava que isso seria acautelado. -----

----- A reabilitação de algumas escadarias. As que tinha visto na informação escrita, chamava à atenção para algumas que eram utilizadas como caixotes de lixo. Se calhar tinha que se pensar mesmo na colocação de contentores para o lixo nessas escadarias, porque infelizmente as pessoas usavam como caixote de lixo alguns esconsos dessas escadas. -----

----- Nos mercados, mantinha-se uma taxa elevada de lugares vagos no Mercado de Arroios e queria saber qual a razão disso. Não havia informação sobre a cobrança, a percentagem de acordo de pagamento era mínima, saber quais os montantes em dívida. -----

----- Na cidadania e cooperação, o metro de Arroios, fora pedido à Câmara Municipal a isenção de taxas de ocupação de espaço público aos comerciantes afetados pelas obras. Perguntou qual era a situação. -----

----- Nada era referido quanto ao acompanhamento das obras de Arroios e não se verificara o reforço nas carreiras da Carris, como se tinha pedido e falado em Assembleias anteriores. -----

A  
b  
v.

----- Na habitação considerava que não bastava reportar as queixas dos fregueses para as entidades, era necessário pedir responsabilidades a quem de direito para esse grave problema que se instalara na cidade, tomar atitudes e opções políticas. Aliás, a problemática que andava pelos noticiários e programas televisivos e que já fora levantada na Assembleia várias vezes, era tentar usar habitação vaga para resolver o problema das repúblicas para estudantes, quartos para estudantes e inclusivamente repúblicas séniores. -----

----- Sobre os locais a reabilitar, a população continuava sem entender a razão do abandono da Travessa da Rua Nova do Colégio, constantemente levada às Assembleias, qual a razão de não fazer parte da listagem e não ser uma prioridade. Notava-se um constante abandono daquela rua por parte do pelouro da higiene urbana quando era uma das ruas mais assinaladas em termos de ocorrências no portal “A minha rua”. -----

----- Tinha ficado algo contente ao ver uma fotografia das Escadinhas de Arroios, que era uma obra já do anterior mandato e pensava que essa travessa e essa rua fossem reabilitadas. Mais uma vez recordava que era uma rua com dejetos caninos e humanos, seringas, buracos, e mais uma vez perguntava se não existia nos mapas da Câmara. ----

----- Quanto ao parque canino, não estava tão efusiva como o Membro António Morgado, sendo que tinha sido um gosto trabalhar com ele na comissão que não sabia se valia a pena continuar, mas era um assunto a ponderar. A limpeza era pedida constantemente e a Senhora Presidente tinha encetado conversações com o grupo dos donos dos cães que frequentavam o parque canino, mas estavam todos com muita fé que até sábado o parque seria limpo. Já não se pedia higienização, mas que fosse limpo. ----

----- **A Senhora Presidente da Junta**, respondendo sobre a Escola Leão de Arroios, disse que fazia parte da sétima comissão da Assembleia Municipal e no dia anterior tinham aprovado uma recomendação à Câmara Municipal sobre todos os problemas existentes nessa escola e que ao longo de quatro anos se alertava em várias visitas, acompanhados até por técnicos da Câmara. Por exemplo o chão do ginásio fora remodelado porque chamaram à atenção para esse assunto, havia infiltrações de água. Tinha acompanhado o processo e estava dentro da situação. -----

----- Realmente havia o problema do plano de emergência. A escola não podia ter tantas crianças, devia ser metade e estava-se a solicitar à Câmara Municipal para que houvesse uma nova escola na Freguesia. Uma das pessoas que a acompanhava nessas discussões era o Jorge Lavaredas e a Ana Vieira também e sabiam muito bem o que se passava. ---

----- Em relação ao posto clínico de Arroios, o espaço não tinha condições. Estavam a solicitar obras ao senhorio, havia problemas também com desratizações, o prédio estava muito envelhecido. Tinha deixado de haver as consultas, as pessoas desistiram de ir às consultas. -----

----- Sobre o jardim Cesário Verde, era uma das situações que estava em estudo para a requalificação do pedonal. -----

----- Quanto ao Largo do Mastro, tinha discussões com a Câmara. Havia um projeto de envolvência do Largo do Mastro; tinham reuniões com o Senhor Vereador Manuel Salgado e com a equipa sobre essa situação. Entrava na requalificação daquela zona toda, até com a Gomes Freire e o Paço da Rainha. Os concursos levavam tempo e as coisas não eram fáceis. -----

----- Sobre o transporte na Damasceno Monteiro, não era só uma solicitação da Junta de Freguesia de Arroios, era dividida pelas duas Freguesias, com São Vicente. Tinham solicitado intervenções em várias cartas e em reuniões, até por causa daquele pequeno autocarro que iria haver. Era uma das situações que estavam em estudo e era uma das lutas que tinham, Arroios e São Vicente, sobre a Rua Damasceno Monteiro. -----

4  
b  
✓

- Sobre a iluminação nessa rua e nesse parque, tinha-se solicitado à Câmara Municipal mais iluminação. Ainda nesse dia tinha sido pedido pelas pessoas que utilizavam o parque canino, uma vez que se estava a requalificar toda a zona, para que a Câmara pedisse mais iluminação. -----
- Disse que existiam várias repúblicas séniores na Freguesia, eram apoiadas pela Misericórdia de Lisboa, com o Centro Paroquial de São Jorge de Arroios, assim como havia a república para as pessoas sem-abrigo. -----
- Sobre o abandono da Rua Nova do Colégio, era uma rua problemática e de acesso até difícil. Pediam à Câmara para uma maior intervenção nessa zona. Sobre as escadinhas, havia um projeto para em delegação de competências arranjar o resto das escadinhas da Freguesia necessitadas. -----
- Em relação à Rua da Bombarda e a história das ratazanas, tinham pedido à Câmara para fazer a desratização na zona. Havia ali muitos terrenos que estavam bastante degradados e levavam quatro anos à espera de um projeto para aquela encosta, que seria muito importante. -----
- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, respondendo sobre a questão do concurso público do elevador disse que, como sabiam, havia um contrato de delegação de competências para a Junta construir o elevador do Mercado do Forno Tijolo e um passadiço para vencer o desnível com o polo dos Anjos e a Rua Damasceno Monteiro. As pessoas com dificuldade na mobilidade poderiam vencer esse desnível de uma forma muito mais fácil. -----
- Relativamente às escadinhas e às intervenções no espaço público, tomava boa nota das questões que a Membro Ana Mirra ali colocara. Não costumava muito enveredar pelo caminho que isso não era uma competência da Junta de Freguesia, mas como o PCP sistematicamente colocava ali dúvidas sobre o processo de descentralização e era contrário, não deixava de ser curioso que depois questionasse a Junta sistematicamente por competências que não eram suas. -----
- Em relação ao contrato de delegação de competências que estava em curso, todos os concursos das escadinhas foram lançados e alguns seriam adjudicados em breve. Nas escadinhas que faltavam, tinham feito uma proposta à Câmara no sentido de um novo contrato de delegação de competências para reabilitar todas as escadinhas. Era uma grande ajuda à sua reabilitação, mas não resolvia tudo, porque correspondiam a corredores pedonais importantes e quando se chegava à base ou ao topo das escadinhas os arruamentos não estavam em condições. -----
- Na nova geração de contratos de delegação de competências que queriam assinar com a Câmara de Lisboa propunha-se a existência de corredores pedonais, para que as pessoas conseguissem descer todas aquelas encostas pelo caminho que mais facilmente utilizavam. Que todos os arruamentos e os passeios fossem arranjados, fossem alargados em muitos casos. -----
- Por exemplo nas Escadinhas de Liverpool e de Manchester a pessoa ia muito bem e quando chegava ao arruamento quase não conseguia andar no passeio. A proposta era que todos esses corredores que promoviam a mobilidade pedonal desde o topo da vertente até à Almirante Reis fossem arranjados. Assim como noutras áreas, na Rua do Forno Tijolo, como aquele projeto que a Senhora Presidente referira, assim como a Damasceno Monteiro. -----
- Havia um conjunto de propostas feitas à Câmara e aguardavam impacientemente que esse processo se concretizasse e conseguissem retomar essas obras. Nem era tanto não ser competência da Junta, mas a Junta não tinha orçamento para as fazer, porque se tivesse fazia independentemente de ser competência. -----



219

----- Sobre o Largo do Mastro, havia um projeto a ser desenvolvido para todo o conjunto do Paço da Rainha, o cruzamento da Gomes Freire, o Largo do Mastro e o Largo do Mitelo. A ideia era conseguir incluir tudo num único projeto para reabilitar o espaço público de toda aquela área. -----

----- A questão da habitação também não era competência da Junta de Freguesia, mas era sua preocupação. A ação política podia ser feita de diversas formas nessa matéria e uma vez que fugia o pé, e bem, para questões que iam muito para além da capacidade da Junta de Freguesia resolver, mas que eram problemas das pessoas que viviam na Freguesia, quando olhava para o espetro político existiam muitas formas de tentar resolver o problema. -----

----- Entre uma postura mais proclamativa e reivindicativa, mas pouco concretizadora de alguma esquerda e uma postura imobilista e achar que estava tudo bem de alguma direita, entretanto o PS tinha feito imensas propostas de alteração, uma nova Lei de Bases, novas propostas relativamente ao alojamento local. A Câmara de Lisboa tinha diversos programas de renda acessível. -----

----- A renda acessível pública, mas com concessão a privados, que era tão criticada por alguns, mas que lhe parecia ser uma forma rápida de resolver o problema, assim como renda acessível resultante de acordos com a Segurança Social em Lisboa, no sentido de reabilitar prédios para habitação. -----

----- Muita coisa estava a ser feita e não podiam ser demagógicos, era uma questão estrutural, as soluções estavam a ser postas em prática, mas não teria efeitos imediatos. Tinham que ser mais pragmáticos, unirem-se mais em volta das soluções que podiam ser concretizadas e não em volta de proclamações mais ou menos ideológicas, mas que do ponto de vista da solução final tinham pouca capacidade de resolver o problema. ---

----- **O Vogal do Executivo Ismael Martins** disse que relativamente ao Mercado 31 de Janeiro, mais precisamente à loja do cidadão, não era um empreendimento da Junta, era do Governo através da Câmara de Lisboa. Enquanto gestores do espaço acompanhavam desde o primeiro momento. -----

----- Um dia antes do início das obras fora divulgado junto dos comerciantes o que iria acontecer naquele espaço. Tinha sido também afixado nas portas do mercado para que o público em geral soubesse o que efetivamente ia acontecer ali. Solicitara-se junto da Câmara que se colocassem painéis a informar o público. A Junta fizera um pequeno cartaz a dar essa informação. -----

----- Quanto à atribuição das lojas e os novos comerciantes, acontecia que a loja do cidadão tinha iniciado a sua construção, mas, apesar de ainda estar muito no início, já ocorreram algumas adaptações. Havia uma ideia geral do número de lojas, daquilo que ia surgir, mas ainda havia algumas alterações que de última hora teriam que fazer. -----

----- Iam-se destruir umas lajes, reconstruir um muro que seria deitado abaixo. Ainda não sabiam as áreas e quando isso estivesse definido lançariam concursos públicos para atribuição, era um concurso normalíssimo como se fazia em relação a qualquer outra loja ou lugar dos mercados. -----

----- Em relação aos lugares vagos de Arroios, efetivamente havia. Não se podia comprometer, mas o Mercado de Arroios iria sofrer algumas alterações, o edificio era da Câmara e iria desenvolver-se um processo e aquele espaço teria que ser utilizado. Era uma razão para aqueles lugares não estarem a ser lançados em hasta pública. Haveria um estudo global, em que o mercado teria uma configuração ligeiramente diferente, respeitando os comerciantes que lá estavam. -----

----- Compreendia a preocupação, a Junta também tinha essa preocupação, mas juntamente com a Câmara de Lisboa estavam a equacionar algo para ali acontecer muito em breve, já estavam numa fase bastante adiantada. -----

ط  
ب  
ر

----- Quanto às taxas de cobrança, tinha alguns dados que teria todo o prazer em dar. Havia algumas dívidas e estavam a equacionar como iriam ultrapassar isso. Alguns comerciantes, por diversas razões, abandonaram os espaços e deixaram dívidas que muitas vezes se tornava difícil cobrar. Fizeram-se as diligências que tinham de ser feitas e o gabinete jurídico dizia que não seria fácil fazer essa cobrança, uma vez que muitas vezes eram valores pequenos e os custos seriam maiores do que aquilo que iriam receber. -----

----- Havia também uma componente de dívida relativa a comerciantes em que os pagamentos ficaram atrasados e em janeiro de 2018 fizeram-se acordos escritos, em que os comerciantes se comprometeram a fazer o pagamento faseado. Havia interesse da Junta em chegar a um acordo com os comerciantes para que eles pudessem pagar de maneira a que o negócio deles não se tornasse impossível de funcionar. Depois havia a dívida que ia decorrendo mês a mês. -----

----- No conjunto dos mercados existia uma dívida em cerca de 54 mil euros, onde 33 mil euros estavam em acordos de pagamento. Eram à partida situações que tinham chegado a um acordo de modo a que esse dinheiro desse entrada nos cofres da Junta. Os outros 21 mil euros eram um valor acumulado e decorriam de estarem num período de verão, em que os comerciantes tiravam férias e, como toda a gente, por vezes deixavam escapar. -----

----- Desde 1 de janeiro de 2016 até 10 de setembro de 2018 foram emitidas taxas no valor de 1.121.000 euros, encontrava-se pago 1.067.000 euros, restavam os 54.000 euros pendurados, em que 33.000 euros estavam negociados. -----

----- **A Secretária do Executivo Ana Vieira** disse que a questão da Escola Leão de Arroios lhe era muito próxima. Tivera oportunidade de reunir com a Professora Maria Machado, que era a coordenadora da escola, no passado dia 6 de setembro e nos últimos três meses teria lá ido seis ou sete vezes. Contactava muito frequentemente com a escola e com os seus problemas. -----

----- Sabiam que era um problema estrutural, não havia como contornar a necessidade de uma escola nova. O edifício em si era deficiente, não era apropriado para ter crianças, sobretudo o número que tinha, à volta de 400 crianças, era a escola básica da Freguesia que tinha mais crianças. Passava sobretudo pela pressão à Câmara. -----

----- Nas últimas três semanas a atenção fora muito monopolizada, em particular os seus pelouros, pela reabertura das escolas e sobretudo pela inauguração da Sampaio Garrido e pela questão da piscina. Assumia que talvez não tivesse pressionado o suficiente. -----

----- Tinha acontecido a entrada de um novo Vereador e o seu esforço teria que passar pelo contacto com o novo gabinete, expor essa situação com maior urgência e pressionar. -----

----- Já tinha sido falado em anterior Assembleia de Freguesia, a questão das necessidades do ensino pré-escolar. A ideia da nova escola era que incluísse não só o primeiro ciclo, mas também o pré-escolar e que conseguisse dar resposta às tais 400 crianças. -----

----- A sua consciência era que na Junta, com as suas competências de pequenas reparações e avarias, estariam a pôr pensos rápidos sobre um problema muito mais profundo. A equipa do espaço público estava lá quase diariamente. Sabia que da parte da Junta havia eficácia, tivera esse *feed-back* por parte da escola, mas havia uma situação muito mais gravosa e urgente e teriam que pensar para muito em breve numa nova escola para substituir aquela. -----

----- Quanto à questão da psicologia, isso já estava a ser avançado. Tinha sido debatido em sintonia também com a terapia da fala, até porque a Sampaio Garrido ia reabrir e isso impulsionara um pouco o repensar das coisas. A terapia da fala, em princípio, iria

A  
L  
V.

manter-se nos moldes tal e qual como estavam. A psicologia, além de se estar a ver uma alternativa para a psicóloga, que já tinha algum tempo de baixa prolongada, pensavam ter mais um psicólogo, talvez não a tempo inteiro, mas a meio tempo para cobrir algumas necessidades sobretudo na Leão de Arroios, onde estavam a falar de muitas famílias em carência. -----

----- Em relação à questão do desporto, o julho e agosto fora um lapso, obviamente que era só respeitante ao mês de julho e tinha a ver com a interrupção do período letivo. As crianças no período de julho tiveram acesso à piscina, enquanto esteve aberta, em agosto a piscina fechara e havia toda a situação que tinham conhecimento. -----

----- Não ia avançar com mais detalhes em relação à piscina até terem mais informação, mas no momento tinham uma equipa de especialistas a avaliar a situação. Sabiam que era uma falha na cuba, mas os técnicos iriam dar uma resposta. -----

----- Entretanto arranjam uma solução numa negociação com a Academia Militar, porque havia urgência em iniciar a natação curricular. Já no início do mês de outubro iriam iniciar com a normalidade que era esperada as aulas de natação curricular e a solução para as restantes aulas já estava apalavrada com a Academia Militar, que em princípio tudo seria restabelecido. Para alguns fregueses haveria limitações em termos da localização, mas iria solucionar alguma da oferta que a piscina de Arroios teria enquanto presença na vida das pessoas. -----

----- A única situação que não podia ser recuperada de todo era a das aulas para os bebés, que sabiam à partida não poder reiniciar nas condições da piscina da Academia Militar. Tudo o resto, à partida, voltaria à normalidade. -----

----- **O Vogal do Executivo André Gomes** disse que a higiene urbana era um problema da Cidade de Lisboa e principalmente na Freguesia de Arroios. A Junta não estava nada satisfeita com a situação. Havia várias causas, como todos sabiam, a questão do turismo e o aumento da população na Freguesia. -----

----- A Junta estava a fazer um esforço para tentar resolver o problema, tanto da recolha do lixo juntamente com a Câmara, como da varredura e lavagem das ruas. No ano anterior, devido à seca, parte das ruas não foram lavadas e isso estava tudo a ser reequacionado, não se podiam lavar todas ao mesmo tempo. Tentavam priorizar essas artérias conforme a visão da Junta e a reclamação dos fregueses. -----

----- Havia já um contrato com uma empresa para começar a cortar ervas, porque o pessoal da Junta não chegava, e tinham que reequacionar também a questão das lavagens. -----

----- Era também um problema de acessibilidade das pessoas. Havia muita gente que colocava o lixo de manhã, limpava-se e à tarde já estava outra vez a rua suja, passava também por fiscalização e a Junta não tinha competência para aplicar coimas, isso só cabia às polícias. Tentava-se sensibilizar a Polícia Municipal para começar a fiscalizar essa vertente, veriam se era exequível ou não e se o iriam fazer, mas não era muita prática que o fizessem. -----

----- Relativamente ao atendimento, a relação com o cidadão, aconteceram algumas falhas no mês de agosto por férias do pessoal, que também tinham direito. Havia quatro atendimentos, desde São Jorge, Pena, Anjos e Intendente, o que ocupava muito pessoal. -----

----- Quanto aos precários, dera-se o processo por encerrado com a abertura dos últimos concursos, entraram no total 64. A questão de terem aberto concurso para dez era verdade mas não aconteceram candidaturas suficientes, ou melhor, as pessoas que se candidataram não reuniam as condições da Lei e por isso só entraram cinco nesse concurso. No outro concurso foram três candidaturas e entraram três. -----

----- Tinha sido tudo feito conforme aquilo que o Executivo adaptara da Lei 112, das necessidades permanentes e assim o definira, bem ou mal, mas era o que competia à

4  
b  
5.

Junta de Freguesia ter feito, fizeram num prazo bastante curto. Por parte da Junta de Freguesia estava o processo encerrado.-----

----- Não tinha autorização para citar nomes e o regulamento da proteção de dados era muito exigente, mas quem não estava satisfeito poderia fazer o recurso pela via judicial, isso qualquer trabalhador podia fazer. Tentara-se fazer pela melhor via, fora discutido em Executivo todas essas necessidades na altura, se calhar decidiram mal e estavam ali para ser julgados a seguir. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que, em relação às árvores classificadas, já se contactara o Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida. Estavam só a aguardar pela resposta dessa entidade para fazer a avaliação técnica. Conforme a informação que dessem assim fariam para podar a árvore, como já acontecera em relação ao Parque das Novas Nações. -----

----- Os dois exemplares foram podados em fevereiro desse ano, seguindo a autorização e as indicações do ICNF. Tinha caído mais um tronco, mas precisavam da autorização deles, eram árvores classificadas.-----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, disse que não havia mais nenhuma informação sobre o processo desde o momento em que entregaram os elementos no DIAP. Esperavam que ele se desenrolasse e quando houvesse mais informações dariam conhecimento. -----

----- Não era jurista, estavam juristas na sala, mas imaginava que quando uma entidade pública fizesse uma participação com um conjunto de dados significativos a uma entidade como a PGR, seria obrigatória que a mesma abrisse um procedimento para fazer as diligências que considerasse necessárias. Imaginava que tivessem feito isso e aguardava.-----

----- **O Vogal do Executivo André Gomes** disse que se tinha feito a suspeita do ilícito criminal verificado que eventualmente haveria na Junta, suspeita. Fizeram o levantamento e enviaram para o Ministério Público, entidade com competência na ação penal para desencadear todo o processo. A Junta nunca mais tinha sido informada de nada, nem tinha competência para perguntar, não podiam.-----

----- **Ponto 5 – Apreciação Cartão de Eleito de Arroios;** -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que não levantava qualquer questão de fundo em relação ao cartão, apenas perguntava se havia algum motivo para não se seguir o modelo oficial previsto na Portaria 399/88 em relação às Assembleias de Freguesia, no anexo 3. Era o modelo oficial que tinha validade para se identificarem os Membros da Assembleia de Freguesia. Ele era emitido pela Assembleia Municipal, tinha a assinatura da respetiva Presidente, tinha o nome e o cargo e não os elementos constantes do cartão que era apresentado.-----

----- Perguntou se a ideia era passar a haver dois cartões, um oficial e outro privativo que não se percebia bem o destino e a função dele, mas não se opunha a que criassem todos os cartões que entendessem. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que também não estavam contra que houvesse um cartão, aliás estava na Lei, mas ia exatamente pôr a mesma questão, o porquê de se ter feito um modelo quando existia o modelo na Portaria, onde estava definido o modelo para o Conselho Municipal e para as Juntas de Freguesia. -----

----- No seu caso ia mais além, porque o PCP estava contra o modelo que era apresentado. Não sabia qual fora a intenção, mas na frente do cartão dizia o nome e o partido político. A primeira coisa que apresentava quando ia na rua e chamava à atenção para alguma coisa apresentava logo o partido. Um modelo em que o partido político era

2  
10  
✓

o principal, isso não, o principal era o cargo. O modelo oficial não tinha partido político, tinha nome e cargo. -----

----- Outra situação era que o cartão, pelo modelo da Portaria, teria que ser assinado pela Presidente da Assembleia Municipal e não pela Presidente da Assembleia de Freguesia.

----- O PCP estava contra o modelo que tinha o partido político porque, para além de estar contra o modelo da Portaria, não tinha sentido nenhum e era incorreto. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas**, referiu que a criação do cartão tinha decorrido de uma recomendação do CDS aprovada na Assembleia. Sendo o cartão importante para todos os Membros da Junta e da Assembleia de Freguesia, ele seria mais importante ainda para os Membros da Assembleia de Freguesia porque os Membros da Junta tinham outra visibilidade. -----

----- Se entendiam que o cartão tinha incorreções elas seriam corrigidas. Fazia sentido ir ao encontro da recomendação do CDS, não só porque a Lei o previa, mas porque era uma medida correta. Sendo o cartão importante para todos, fazia sentido que todos se revissem no modelo e com aquilo que dizia a Portaria. Estavam completamente disponíveis para fazer as alterações que fossem necessárias, para que todos se revissem.

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que, segundo lhe parecera, a recomendação do CDS-PP era no sentido de ser emitido um cartão de identificação dos Membros da Assembleia, aquilo que estava previsto na Lei. Lembra-se de ter dito na altura que uma proposta para algo que já estava previsto na Lei parecia redundante, porque a Lei previa a emissão desse cartão. -----

----- Aparentemente passaria a haver dois cartões, um que era legal e outro que era para uso nas instalações da Freguesia só, porque não tinha mais validade nenhuma, não tinha enquadramento legal. O enquadramento estava na Portaria e tinha um modelo próprio.

----- **Ponto 6 - Votação do Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo da Freguesia de Arroios;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo da Freguesia de Arroios**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a favor de PS (9), PPD-PSD (3), CDS-PP (2) e PAN (1) e abstenções de PCP (2) e BE (2). -----

----- **Ponto 7 – Aceitação de Doações à Junta de Freguesia de Arroios;** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que não haveria muito a dizer sobre esse ponto. A única coisa, que já falaram noutras situações, era exatamente sobre as datas nas declarações. Por exemplo, uma delas era de um período que ia de março de 2017 a fevereiro de 2018 e outras com datas de maio. Perguntou a razão de não ter ido a Assembleias anteriores. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** informou que as datas dos donativos estavam no portal das Finanças, que toda a gente podia ter acesso. Eram donativos em espécie, normalmente para os cabazes de Natal ou para as festas das crianças. As declarações eram todas do corrente ano, como podiam ver, começaram em 9 de maio e acabaram em 2 de agosto e tinha que se levar à posteriori à Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Aceitação de Doações à Junta de Freguesia de Arroios**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, esgotada que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º SECRETÁRIO u. 70 W. 2º SECRETÁRIO laxi/lanuly/bocealy  
----- PRESIDENTE -----

huse hant